

## **RESUMO EXPANDIDO**

### **SOBRE A IDEIA DE VIRTUDE: SCHOPENHAUER E A TRADIÇÃO GREGA**

*José Luis de Barros Guimarães (Bolsista PIBIC/ CNPQ) Luizir de Oliveira (Orientador do Departamento de Filosofia)*

AGOSTO, 2012

## 1 – Introdução

Para compreendermos a filosofia schopenhaueriana, no que toca a ideia de virtude, é importante que compreendamos a leitura que o autor faz das filosofias morais gregas. Resolvemos recolhermos inicialmente as referências ao pensamento grego, dispersas ao longo de MRV. Discutiremos, também, o conceito de virtude a partir da releitura que ele faz da filosofia grega de inspiração platônico-aristotélica. Investigaremos se o conceito de virtude é aplicável à ética schopenhaueriana na medida em que o fundamento “irracional” metafísico apresentado pelo autor faz com que as suas considerações a respeito da ação virtuosa escapem de uma explicação abstrata, dogmática ou perceptual, apresentadas pelas tradições que o antecederam. Outro aspecto do pensamento schopenhaueriano que discutiremos é a relação estabelecida entre os tipos de caráter para a construção de um “caráter virtuoso” a partir da noção de motivo. Demonstraremos se, para Schopenhauer, a virtude constitui ou não um caminho ético que pode vir a “salvar” e “redimir” os homens de todo o sofrimento humano possível de se atingir.

**Palavras-chave:** Vontade. Representação. Virtude.

## 2. Objetivo

Esclarecer a ideia de virtude schopenhaueriana a partir da leitura e da recepção que o autor faz do pensamento grego.

## 3. Metodologia

Por se tratar de uma investigação eminentemente teórica, o trabalho será desenvolvido por meio da leitura de textos específicos, já definidos neste plano de trabalho, com ênfase na análise crítico-reflexiva dos mesmos baseada numa abordagem hermenêutica inspirada pela proposta de Gadamer.

## 4. Resultados e Discussão

Diante dessa exposição conceitual da filosofia schopenhaueriana que apresentamos ao longo do relatório final, tendo como foco as considerações morais referentes à virtude, *vis-à-vis* a proposta de justificação racional das ações virtuosas segundo o pensamento grego podemos defender a tese de que existe um distanciamento entre a proposta moral schopenhaueriana e as concepções morais gregas. Se, por um lado, a ética das virtudes das filosofias gregas possui a felicidade ou o bem estar do homem como fim último e alcançável, além de deveres morais produzidos por uma abstração da racionalidade, que serve como justificação de assertivas do tipo: seja justo; seja prudente; seja corajoso; seja misericordioso! Por outro lado, temos a filosofia schopenhaueriana que nega a ideia de felicidade e de *télos* rejeitando, assim, a tese de que as normas produzidas por nossa faculdade racional conseguem atuar sobre esse querer que repousa em um fundamento metafísico “irracionalista” e intuitivo e pulsa desmedidamente através do nosso próprio corpo.

A eudaimonia e as prescrições morais racionais são “combatidas” por Schopenhauer porque os ímpetos e desejos humanos que, dependendo das circunstâncias, são afirmados ou negados, nunca serão absolutamente saciados, pois

entre querer e alcançar flui sem cessar toda a vida humana. Além disso, a razão, faculdade própria dos humanos, responsável pelo entendimento das representações abstratas ou conceituais, não possui a capacidade de determinar prescrições morais, ditando assim como nós deveríamos agir e nos portarmos nesse jogo real da moralidade no qual somos inevitavelmente peças que se movimentam no mundo, interligado por sucessão de relações causais, mediante a essa mola impulsora do querer interior denominada vontade. O conhecimento adquirido a partir da experiência mediante a atuação *do princípio de razão de conhecer* possui tão-somente a função de mostrar à consciência os motivos que atuaram sobre o nosso caráter.

A partir dessa divergência que estabelecemos entre Schopenhauer e o mundo grego podemos afirmar que a “teoria das virtudes” apresentada pelo autor não estabelece nenhum *télos*; nenhuma prescrição moral ditando aquilo que devemos fazer para sermos virtuosos; e nenhuma justificação epistêmica baseada em conceitos abstratos para fundamentar aquilo que seria ou não uma ação virtuosa. Ao abandonar a ideia de felicidade, o conceito de *telos*, as teorias morais baseadas em princípios normativos e as justificações racionais *in abstracto* para fundamentar as ações virtuosas, o autor no apresenta uma ética descritiva, intuitiva, baseadas em ações desinteressadas que só são possíveis a partir do alcance do conhecimento das Ideias límpidas e claras do mundo, que se apresentam intuitivamente a consciência humana mediante a um desprendimento do princípio de razão suficiente.

## 5. Conclusão

Para compreendermos a concepção de virtude schopenhaueriana, resolvemos esclarecer a relação entre Vontade, liberdade e necessidade, além de um detalhamento acerca da noção de caráter trabalhada pelo autor. A Vontade, pensada como esse pulso metafísico de onde todo o mundo fenomênico é, apenas, sua representação é livre. Ela simplesmente manifesta-se sobre a forma de qualquer figura particularizada do mundo sem que possamos estabelecer normas ou determinações para a mesma. Essa liberdade da Vontade, que pode ser caracterizada como ausência de necessidade, não é atribuída de maneira alguma ao seu fenômeno tendo em vista que este último é determinado por tempo e espaço, que são as formas de toda e qualquer representação que já tenha sido submetida ao *princípio de individuação*. Todas as coisas existentes no mundo fenomênico poderiam não existir, mas ao ganhar existência real tornam-se completamente necessárias, determinadas, exatamente por entrar na relação de causa e fundamento. O homem, assim como toda a natureza, também sofrem as mesmas determinações.

No plano das ações os homens agem por necessidade e não por liberdade, como defendem parte da tradição moderna e os existencialistas contemporâneos. Toda e qualquer ação, sendo pensada no plano particular, é sempre realizada a partir de um confronto entre o caráter do indivíduo e as motivações externas que lhe aparecem, geralmente, *in abstracto*. Não existe a possibilidade de agirmos no mundo diferentemente daquilo que somos pelo fato das nossas ações estarem sempre “amarradas” ao nosso caráter que é inato e imutável. Essa essência íntima que não se exteriorizou enquanto ação e que não temos acesso de maneira absoluta, Schopenhauer batiza de caráter inteligível.

Porém, as experiências que temos ao longo da nossa breve existência permitem-nos, a partir das circunstâncias que se apresentam a cada instante, e do modo como

lemos a realidade, externalizarmos aquilo que somos. Quando a nossa essência apresenta-se na realidade como fenômeno do agir, o que vemos é o nosso caráter empírico. Este último é, apenas, a manifestação do caráter inteligível no mundo representacional. Quando agimos e temos a possibilidade de compreendermos a *posteriori e in abstracto* o porquê de agirmos e reagirmos de um determinado modo a partir das circunstâncias dadas na realidade o que temos é o caráter adquirido.

Todas as ações realizadas em conformidade com o nosso próprio caráter são ações que levam em consideram o nosso próprio querer, conseguintemente, são movidas por interesses próprios. Schopenhauer estabelece a avaliação a partir da motivação que incitou o querer. Se a ação levou em consideração um interesse próprio, ela será classificada como egoísta, tendo em mente que esse conceito é fundamental para que a própria Vontade de vida mantenha-se pulsando no mundo. O egoísmo é um ímpeto natural de autopreservação existente em toda a natureza, uma vez que o sujeito sabe intuitivamente que todo o mundo representacional está submetido a ele.

Existe outro tipo de ação que ocorre mediante ao desprendimento do princípio de razão e da negação da sua própria individualidade, que se dá para com o outro de maneira desinteressada, a partir da contemplação límpida e clara das Ideias mesmas do mundo. Quando o agir não leva em consideração o seu próprio querer é a Vontade de vida foi negada; pelo fato das circunstâncias terem atuado como quietivo da vontade particular, e não como motivos. Isso é o que Schopenhauer denomina de amor puro ou compaixão.

Para Schopenhauer a justiça e a caridade são as únicas virtudes cardeais e morais; por se tratarem de práticas completamente intuitivas e desprovidas de interesses particulares. A justiça é a abnegação do querer particular do indivíduo frente à vontade de outrem. Quando não efetivamos esse ímpeto natural que pulsa intensamente em cada um de nós estamos sendo justos ou não estamos praticando injustiça. Existem pessoas que se compadecem tanto com o sofrimento alheio que elas se dispõem das suas capacidades intelectuais e físicas para agir em favor do outro. A compaixão, nesse momento, mostrou-se sobre a face da caridade. Essas são as únicas ações virtuosas.

Podemos afirmar que diferentemente do mundo grego, que identifica o exercício da virtude como o caminho para alcançarmos a felicidade, Schopenhauer ver nas práticas justas e caridosas um caminho possível para aliviarmos o sofrimento e a dor que sentimos quando não conseguimos desprendermo-nos da nossa própria estrutura desejante. Se os acontecimentos do mundo externo ao sujeito que representa não incitam querer, o homem consegue, mesmo que seja por um breve momento, se desprender de toda a insatisfação do mundo sentindo interiormente um alívio e alegria por tirar o “peso do mundo” das suas costas. Esse tipo de ação moral não são ensinadas ou mesmo justificadas racionalmente, mas simplesmente intuídas.

## 6. Referências bibliográficas

SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e como representação*. Tradução, apresentação e notas de Jair Barboza. São Paulo: UNESP, 2005.

\_\_\_\_\_. *Sobre o fundamento da moral*. Tradução: Maria Lúcia Cacciola. Editora: Martins fontes, 1995 São Paulo.

